PROCURADOR MUNICIPAL

Caderno de Questões

Data da prova: 18 de outubro de 2026.
Duração máxima da prova: 3(três) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta.

INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C, D). A prova terá duração máxima de 03 (três) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a).
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: **"ASSINATURA"**, utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
6. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
7. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas **"ASSINADO"**, ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminado(a)** e não terá classificação alguma no concurso público.
8. **Atenção**! Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
9. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **120 (cento e vinte) minutos do início das provas**.
10. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 13.11 e no subitem 13.13 do Edital nº 001/2026.
11. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do concurso público.
12. O desrespeito às normas que regem o presente concurso público, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
13. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatório.
14. O candidato, após a divulgação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, que será feita na página do concurso público acessível através do site www.idesg.org.br, na data prevista no ANEXO I – Cronograma geral de datas e eventos do Edital nº 001/2026, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar, observado o item 17 do Edital nº 001/2026.

BOA PROVA!!!

ATENÇÃO!!!

- **O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO DEVE SER UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE COMO <u>RASCUNHO</u>, NÃO SERÁ CONSIDERADO EM HIPÓTESE ALGUMA PARA CORREÇÃO.**
- **AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS <u>DEFINITIVO</u> CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.**

CARTÃO DE RESPOSTAS

IDESG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES

Preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva.

Nome:

Cargo:

Local:

Nº de inscrição: Data: 18/10/2026 Turno:

* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando-se ultrapassar o círculo;
* O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido, evitando-se ultrapassar o círculo;
* Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;
* Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;
É NECESSIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DOS DADOS DE SEU CARTÃO DE RESPOSTA

Nº DE INSCRIÇÃO

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do(a) candidato(a)

Tipo de prova
Padrão

RASCUNHO

ATENÇÃO:

- **O(a) candidato(a) deverá OBRIGATORIAMENTE, entregar seu cartão de repostas definitivo preenchido e ASSINADO, sob pena de ter seu cartão de respostas ANULADO. (item 12.14 do edital nº 001/2026).**
- **Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Viver implica errar, mas na meia-idade os erros do passado tornam-se mais amargos

Um rapaz trabalha em uma empresa e torna-se o braço direito do proprietário. O dono atende pelo nome de Francisco. O trabalhador é inteligente e dedicado. Como acontece por vezes, identifica-se com o lugar e passa a ter um foco similar ao do chefe. Trabalha mais de dez horas por dia e, em momentos-chave, atravessa a noite resolvendo questões. Sobe na hierarquia e cresce aos olhos do dono. Márcio (vamos chamá-lo assim) é o tipo ideal de colaborador.

O aumento expressivo da carga horária não é acompanhado de expansão salarial. O jovem, já casado, decide com a esposa abrir a própria empresa. Genuinamente preocupado com o vazio de sua saída, comunica ao dono que terá, em seis meses, outro destino profissional. Considera o chefe um amigo e quer ajudar a treinar o substituto. Francisco recebe mal a notícia. O papel que deseja para o empregado é o de colaborador permanente. Márcio sai como “mais um” apenas.

Abrindo sua própria marca e ainda considerando o ex-chefe um amigo, pede conselhos e recebe frieza e silêncio. Não oferecendo mais seu sangue, torna-se irrelevante aos olhos do antigo contratante. Com dificuldades, o jovem segue a jornada. O ex-patrão nega apoio e ainda renega a importância de Márcio como ex-colaborador.

O tempo flui. Márcio cresce em parceria com Ana, sua companheira. Passam-se quinze anos. Do nada, recebe uma mensagem do primeiro chefe. O homem havia entrado em processo terapêutico com um psicólogo. Em meio a memórias e dores, o profissional recomendou a Francisco que pedisse perdão por coisas ruins que tivesse feito no passado. A consciência do ex-chefe é de que não apoiou o rapaz, explorou-o em excesso e, assim que Márcio decidiu crescer, abandonou-o como um qualquer. Francisco, mais velho, sente-se culpado. Na meia-idade, erros anteriores crescem e tornam-se mais amargos. O retrato de Dorian Gray do sótão fica mais feio.

Márcio recebe mal a mensagem. Primeiro, porque ainda tem mágoas. Depois, porque entende o óbvio: o chefe não o via naquela época e continua não o vendo agora. O egoísmo de Francisco é o mesmo, querendo apenas a reconciliação consigo. Como o jovem entende, é uma Des/Culpa, uma tentativa de expiar a própria culpa, não uma ida ao encontro de Márcio. Mais: sendo Márcio um sucesso atualmente, Francisco deseja ser considerado como parte ou alavanca do êxito atual. Não é uma penitência sobre o passado, é o mesmo coração duro que só enxerga a si. Francisco busca seu próprio benefício sempre: antes, como empreendedor; agora, como psicanalisado.

A resposta de Márcio é ponderada. Não oferece o perdão balsâmico. Apenas pede que o outro nunca mais pise em alguém ou abandone um amigo. Relembra como foi difícil e não concede o teatro do abraço fraterno, que acalmaria o outro.

A história é absolutamente real e ensina-nos muito. Francisco errou como eu e você, querida leitora e estimado leitor. Viver implica errar. Aprendemos, vezes muitas, e passamos a cometer equívocos em novos lugares com a sabedoria adquirida. O que vimos aqui é um processo complicado: é difícil saber se Francisco, de fato, arrependeu-se ou se, apenas agora, vendo o sucesso do ex-colaborador, quer algum tipo de mérito na trajetória do outro. Assemelha-se a um pai que, tendo expulsado o filho do lar, vê o rebento prosperar enormemente e reflete sobre seu ato pretérito. No fundo, o genitor gostaria do fracasso do filho, pois isso comprovaria a sabedoria da exclusão. Quando o mundo acolhe quem eu considerei indigno, demonstra meu equívoco. Ver afundar quem condenamos (ou não apoiamos) é um alívio para a maioria.

A primeira lição é: erros não remediados tendem a virar feridas complexas. Responder com frieza a quem ofereceu afeto e dedicação tem um custo alto que, macerado, ulcera. Segundo aprendizado: a desculpa não pode ser apenas para meu coração atormentado ou minha consciência inquieta. Deveria ser algo que, enfim, olhasse para o outro. Ouvi os áudios de Francisco. Sou amigo de Márcio. Nada havia na voz que indicasse uma transformação daquele homem. Era um egoísta envelhecendo e com novos receios. Continuava um canalha. Lembrei-me de uma fala popular: “As cobras trocam de pele porque ficam maiores, não porque deixam de ser cobras”. O medo do inferno nunca fez alguém santo; tão somente o amor faz essa transformação.

Tudo tem seu tempo e sua hora? O momento de consertar é próximo da dor causada. A hora de refazer algo envolve entrega genuína e mudança efetiva.

A dúvida é válida: alguém deixa de ser o que era? De verdade? Não gosto de receitas fixas ou de modelos universais. Faço a mim, com esperança, a pergunta que transmito às leitoras e leitores: você mudou? Você consegue mudar? Você é melhor hoje do que há 20 anos? Boa semana a todos que se incomodam com o passado e ainda conseguem ter coração humano.

Autor: Leandro Karnal – Estadão (adaptado).

01. Logo no início do texto, Márcio é caracterizado como "o braço direito do proprietário". Posteriormente, afirma-se que, ao deixar de oferecer seu "sangue" à empresa, tornou-se irrelevante para Francisco. Com base nos mecanismos semânticos mobilizados nessas expressões, assinale a alternativa correta.

(A) Ambas conservam predominantemente seu sentido denotativo, embora adquiram matizes avaliativos determinados pelo contexto empresarial.

(B) As duas expressões exploram sentidos figurados: a primeira designa um colaborador de extrema confiança; a segunda alude à dedicação intensa anteriormente dispensada ao trabalho.

(C) "Braço direito" constitui exemplo de homonímia, enquanto "sangue" mantém seu significado próprio associado ao esforço fisiológico produzido pelo excesso de trabalho.

(D) A primeira expressão apresenta ambiguidade insolúvel no contexto, ao passo que a segunda funciona como termo técnico referente à exploração profissional.

02. No trecho "Francisco busca seu próprio benefício sempre: antes, como empreendedor; agora, como psicanalisado", a organização linguística contribui decisivamente para a progressão argumentativa. Assinale a alternativa que explica o funcionamento coesivo e coerente desse segmento.

(A) Os marcadores "antes" e "agora" estabelecem uma relação temporal que, simultaneamente, evidencia a permanência de um comportamento sob circunstâncias distintas.

(B) O emprego de "sempre" neutraliza a oposição temporal estabelecida posteriormente, tornando contraditória a associação entre passado e presente.

(C) A expressão "como psicanalisado" estabelece uma relação causal, indicando que o processo terapêutico teria produzido a mudança comportamental atribuída a Francisco.

(D) A contraposição entre "empreendedor" e "psicanalisado" introduz dois referentes distintos, interrompendo momentaneamente a cadeia coesiva relacionada ao ex-chefe.

03. A partir das ideias presentes no texto, foram elaboradas diferentes construções. Assinale aquela que está integralmente adequada à norma-padrão quanto à concordância verbal e à colocação dos pronomes átonos.

(A) Faziam quinze anos que Márcio e Ana dedicavam-se ao crescimento da própria empresa.

(B) Não ofereceu-lhe Márcio o perdão que poderia tranquilizar a consciência do antigo chefe.

(C) Passaram-se quinze anos, e Márcio jamais se esqueceu das dificuldades enfrentadas após sua saída.

(D) Houveram ressentimentos que mantiveram-se vivos mesmo depois da consolidação profissional de Márcio.

04. **A narrativa envolvendo Márcio e Francisco constitui o ponto de partida para uma reflexão mais abrangente acerca do erro, do arrependimento e das possibilidades de transformação humana. Considerando a articulação entre o episódio narrado e as conclusões formuladas pelo autor, analise as assertivas.**

I. O texto relativiza a eficácia do pedido de desculpas quando este se orienta prioritariamente ao apaziguamento da consciência daquele que causou o dano.
II. A reação de Márcio evidencia que o decurso do tempo, por si só, não converte o arrependimento tardio em reparação suficiente para as consequências de uma conduta pretérita.
III. A possibilidade de mudança individual é integralmente recusada pelo autor, uma vez que Francisco é apresentado como demonstração de que traços morais permanecem invariáveis.
IV. O texto sugere que uma tentativa genuína de reparação pressupõe não apenas reconhecimento do erro, mas efetiva consideração daquele que sofreu suas consequências.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e IV, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

05. **Considere o fragmento: "O que vimos aqui é um processo complicado: é difícil saber se Francisco, de fato, arrependeu-se ou se, apenas agora, vendo o sucesso do ex-colaborador, quer algum tipo de mérito na trajetória do outro."**

A respeito da classificação e do emprego das palavras nesse período, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Em "algum tipo de mérito", "algum" funciona como pronome indefinido associado ao substantivo "tipo".
(B) Em "apenas agora", "agora" apresenta natureza adverbial e estabelece referência temporal no desenvolvimento do enunciado.
(C) Em "processo complicado", "complicado" exerce valor adjetivo, atribuindo uma característica ao substantivo que acompanha.
(D) Em "se Francisco [...] arrependeu-se", o primeiro "se" funciona como pronome reflexivo e integra o verbo "arrepender".

06. **A pontuação empregada pelo autor participa da construção argumentativa e, em diversos momentos, interfere diretamente na organização e na expressividade do enunciado. Considerando ocorrências do texto, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) Em "A primeira lição é: erros não remediados tendem a virar feridas complexas", os dois-pontos introduzem o conteúdo correspondente à lição previamente anunciada.
(B) Em "O medo do inferno nunca fez alguém santo; tão somente o amor faz essa transformação", o ponto e vírgula estabelece entre as orações uma relação predominantemente causal.
(C) Os parênteses em "quem condenamos (ou não apoiamos)" inserem uma informação acessória que amplia o universo de situações abrangidas pela afirmação.
(D) As interrogações presentes no encerramento conferem ao texto caráter interlocutivo e deslocam para o leitor a reflexão sobre sua própria transformação.

07. **Considere os seguintes segmentos extraídos ou diretamente relacionados às construções do texto:**

I. "O trabalhador é inteligente e dedicado."
II. "Francisco recebe mal a notícia."
III. "Viver implica errar."

A respeito da organização sintática dessas orações, assinale a alternativa correta.

(A) Em I, "inteligente e dedicado" constitui objeto direto composto, uma vez que completa semanticamente o verbo "ser".

(B) Em II, "a notícia" exerce função de objeto direto, enquanto "mal" funciona como adjunto adverbial relacionado ao verbo.

(C) Em III, "Viver" desempenha função de objeto direto, ao passo que "errar" constitui o sujeito oracional da construção.

(D) Em I e II, os verbos empregados são de ligação, pois ambos estabelecem relação entre o sujeito e uma característica circunstancial.

08. **A grafia de diferentes vocábulos empregados no texto obedece a regras distintas do sistema ortográfico vigente. A esse respeito, analise as assertivas.**

II. "Psicólogo", "êxito" e "equívoco" recebem acento gráfico por serem vocábulos proparoxítonos.
III. "Márcio", "memórias" e "trajetória" podem ser analisados, segundo a classificação tradicional, como paroxítonos terminados em ditongo crescente.
IV. Em "saída", o acento recai sobre a vogal "i", tônica e integrante de hiato em relação à vogal precedente.
V. Em "ex-colaborador", mantém-se o hífen porque o prefixo ex-, quando empregado com valor de estado anterior, liga-se por hífen ao elemento subsequente.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, II, III e IV.

09. **Ao interpretar a mensagem enviada por Francisco, Márcio a compreende como "uma tentativa de *expiar* a própria culpa". Considerando o sentido do verbo destacado e as relações semânticas existentes no léxico português, assinale a alternativa correta.**

(A) "Expiar" significa procurar reparar ou purgar uma culpa; distingue-se de "espiar", que pode significar observar furtivamente, sendo ambas palavras parônimas.

(B) "Expiar" e "espiar" constituem palavras homônimas perfeitas, pois apresentam a mesma grafia, a mesma pronúncia e significados distintos.

(C) "Expiar" significa ocultar uma falta praticada; seu antônimo contextual seria "espiar", empregado no sentido de reconhecer publicamente o erro.

(D) "Expiar" apresenta, no texto, o mesmo significado de "expiar" no sentido de observar alguém discretamente, tratando-se de caso de polissemia.

10. **A reflexão do texto permite formular outras construções preservando as relações de sentido nele estabelecidas. Considerando simultaneamente a regência verbal e nominal e o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa inteiramente de acordo com a norma-padrão.**

(A) Francisco aspirava à uma reconciliação que lhe permitisse atribuir novo significado à experiência passada.

(B) Márcio não se mostrou disposto à conceder ao antigo chefe o alívio emocional que este pretendia obter.

(C) A culpa a que Francisco aludia não equivalia à reparação efetivamente devida a Márcio.

(D) O ex-chefe preferia alcançar a reconciliação do que admitir às consequências de sua antiga postura.

INFORMÁTICA

11. **Considere o Microsoft Excel 2019, em sua versão em português. Em uma planilha, foram inseridos os seguintes valores:**

Célula	Valor
B1	14
B2	22
B3	18
B4	10

Na célula C1 foi inserida a fórmula: =MÁXIMO(B1:B4)+MÍNIMO(B1:B4)-MÉDIA(B1:B4)

O valor apresentado será:

(A) 12 **(B)** 14 **(C)** 16 **(D)** 18

12. **Em uma instituição de ensino, um servidor precisa consultar informações em diferentes páginas da internet para preparar um relatório. Durante essa atividade, ele utiliza um navegador para acessar páginas por seus endereços, abrir links em novas guias, realizar buscas com operadores específicos e imprimir apenas trechos selecionados de determinadas páginas. Com base em conceitos relacionados à navegação na internet, mecanismos de busca, links e impressão de páginas, analise as afirmações a seguir.**

I. Ao utilizar aspas em uma pesquisa, como em "segurança da informação", o mecanismo de busca tende a retornar resultados que contenham essa expressão exata, preservando a sequência das palavras.
II. Um hiperlink presente em uma página pode direcionar o usuário tanto para outra página da internet quanto para um ponto específico da própria página ou para outro recurso associado.
III. Ao imprimir uma página pelo navegador, a opção de seleção de páginas permite, em qualquer situação, escolher apenas um parágrafo específico do conteúdo sem necessidade de selecionar previamente esse trecho na página.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas uma afirmação está correta.

(B) Apenas duas afirmações estão corretas.

(C) Todas as afirmações estão corretas.

(D) Todas as afirmações estão erradas.

EM BRANCO

13. **Em uma organização, uma servidora precisa encaminhar por correio eletrônico um comunicado a diversos destinatários. O endereço do coordenador é inserido no campo "Para", os endereços de dois supervisores são inseridos no campo "Cc", e os endereços de vários colaboradores são adicionados ao campo "Cco" (Bcc), pois não se deseja divulgar a lista desses colaboradores aos demais destinatários. Após o envio da mensagem, um dos destinatários avalia diferentes situações relacionadas ao uso desses campos e ao recurso de resposta do correio eletrônico. Analise as afirmações a seguir.**

I. Os destinatários inseridos no campo "Cc" podem visualizar os endereços presentes nos campos "Para" e "Cc", mas não os endereços inseridos em "Cco". Da mesma forma, os destinatários em "Cco" não recebem, no cabeçalho da mensagem, a relação dos demais destinatários inseridos nesse mesmo campo.
II. Se um dos supervisores que recebeu a mensagem em "Cc" utilizar o comando "Responder a todos", a resposta será normalmente direcionada ao remetente e aos destinatários visíveis dos campos "Para" e "Cc", não sendo automaticamente enviada aos colaboradores originalmente incluídos apenas em "Cco".
III. Se um colaborador que recebeu a mensagem por "Cco" utilizar "Responder a todos", sua resposta poderá revelar aos demais destinatários que ele recebeu a mensagem, mesmo que seu endereço não tivesse sido exibido na mensagem original.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas uma afirmação está correta.
(B) Apenas duas afirmações estão corretas.
(C) Todas as afirmações estão corretas.
(D) Todas as afirmações estão erradas.

14. **Durante a finalização de um relatório extenso no Microsoft Word 2019, versão em português, um usuário precisa ajustar diferentes elementos de apresentação do documento, sem modificar seu conteúdo textual. Considerando os recursos de formatação disponíveis no programa, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) O espaçamento entre linhas e o espaçamento antes ou depois do parágrafo são configurações distintas e podem ser ajustados independentemente.
(B) A alteração das margens modifica a área útil destinada ao conteúdo, sem necessariamente alterar o tamanho físico do papel definido para o documento.
(C) A aplicação de alinhamento justificado distribui o texto entre as margens esquerda e direita, ajustando o espaçamento entre as palavras ao longo das linhas.
(D) A configuração de recuo esquerdo de um parágrafo desloca simultaneamente as margens de todas as páginas do documento na mesma proporção.

15. **No Microsoft PowerPoint 2019, versão em português, durante a elaboração de uma apresentação institucional, um usuário deseja que determinado objeto de um slide surja gradualmente durante a exibição, enquanto a passagem daquele slide para o seguinte deverá ocorrer com um efeito visual distinto. Para isso, deverá empregar, respectivamente:**

(A) Transição no objeto e animação no slide.
(B) Animação no objeto e transição entre os slides.
(C) Layout no objeto e animação entre os slides.
(D) Transição no objeto e layout no slide seguinte.

16. **O uso de navegadores de internet como o Google Chrome envolve recursos de privacidade, atalhos de teclado e sincronização de dados. Considerando o funcionamento padrão do Google Chrome em sua versão para desktop, analise as afirmativas a seguir.**

I. A navegação anônima impede que o Chrome armazene localmente, ao fim da sessão, o histórico de navegação, os cookies e os dados dos sites visitados; entretanto, não torna o usuário anônimo perante os sites acessados, o provedor de acesso à internet ou o administrador da rede utilizada.
II. O atalho "Ctrl" + "Shift" + "N" abre uma nova janela de navegação normal, ao passo que o atalho "Ctrl" + "N" abre uma nova janela de navegação anônima.
III. Ao ativar a sincronização de uma Conta Google no navegador, os favoritos e as senhas salvas ficam disponíveis apenas no dispositivo em que foram criados, não sendo replicados para outros dispositivos que utilizem o mesmo login.

Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas uma afirmativa está correta.
(B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
(C) Todas as afirmativas estão corretas.
(D) Todas as afirmativas estão incorretas.

17. **Em um documento do Word 2019, versão em português, composto por diversas páginas, pretende-se inserir uma identificação institucional que se repita na parte superior das páginas e, simultaneamente, inserir a numeração na região inferior. Para isso, podem ser utilizados, respectivamente, os recursos de:**

(A) Margem superior – quebra de página.
(B) Caixa de texto – nota de rodapé.
(C) Comentário – número de linha.
(D) Cabeçalho – rodapé.

18. **Em uma rotina de trabalho remoto, uma analista utiliza o Mozilla Firefox para acessar sistemas institucionais e precisa alternar entre recursos de privacidade, recuperação de abas e gerenciamento de permissões concedidas a sites. Com base nos recursos do Mozilla Firefox, analise as afirmações a seguir.**

I. Para localizar arquivos baixados anteriormente, a usuária pode clicar no botão de menu do Firefox, acessar a opção "Downloads" ou utilizar o atalho "Ctrl" + "Shift" + "Y". A partir dessa lista, é possível visualizar os arquivos baixados e acessar a pasta em que determinado arquivo foi salvo.
II. Caso uma aba seja fechada acidentalmente, a usuária pode clicar com o botão direito sobre a barra de abas e selecionar "Reabrir aba fechada". Como alternativa, pode utilizar o atalho "Ctrl" + "Shift" + "T", que permite recuperar abas fechadas anteriormente.
III. Para apagar dados de navegação no Mozilla Firefox, a usuária pode clicar no botão de menu do navegador, acessar "Histórico" e selecionar "Limpar histórico recente...". Como alternativa, pode utilizar diretamente o atalho "Ctrl" + "Shift" + "H", que abre a janela destinada à exclusão do histórico, cookies e cache.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas uma afirmação está correta.
(B) Apenas duas afirmações estão corretas.
(C) Todas as afirmações estão corretas.
(D) Todas as afirmações estão erradas.

19. **Em determinada planilha do Excel 2019, versão em português, as células A1, A2, A3 e A4 contêm, respectivamente, os valores 12, 18, 6 e 24. Considere as fórmulas:**

I. =MÉDIA(A1:A4) resulta em 15.

II. =MÁXIMO(A1:A4)-MÍNIMO(A1:A4) resulta em 18.

III. =SOMA(A1;A4) apresenta o mesmo resultado que =SOMA(A1:A4).

Está(ão) correta(s):

(A) Apenas I e II. **(B)** Apenas I e III. **(C)** Apenas II e III. **(D)** I, II e III.

20. **Uma equipe de pesquisadores está apresentando os resultados de um projeto a colaboradores de diferentes cidades por meio do Google Meet. Durante a exposição, surge a necessidade de exibir um vídeo com áudio, restringir algumas ações dos participantes e, ao final, permitir que a reunião continue mesmo após a saída de quem a iniciou. Com base nos recursos disponíveis no Google Meet, analise as afirmações a seguir.**

I. Para exibir um vídeo aberto em uma guia do navegador juntamente com o áudio, o apresentador pode clicar em "Apresentar agora", selecionar a opção "Uma guia", escolher a guia em que o vídeo está aberto e confirmar o compartilhamento, mantendo habilitada a opção correspondente ao compartilhamento do áudio da guia.

II. Para controlar determinadas ações dos participantes, o anfitrião pode acessar os controles do anfitrião, ativar a Gestão de anfitriões e, a partir das opções disponíveis, restringir recursos como envio de mensagens no chat, uso de microfone ou câmera e outras permissões da reunião.

III. Para sair da videoconferência sem interrompê-la para os demais participantes, o anfitrião deve clicar no botão de encerramento da chamada e, obrigatoriamente, escolher a opção "Encerrar a chamada para todos"; caso escolha apenas sair da reunião, os demais participantes também serão desconectados automaticamente.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas uma afirmação está correta.

(B) Apenas duas afirmações estão corretas.

(C) Todas as afirmações estão corretas.

(D) Todas as afirmações estão erradas.

EM BRANCO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Procuradoria examina a invalidação de um contrato municipal de prestação continuada, parcialmente executado e indispensável à coleta de resíduos. O entendimento que fundamenta a nulidade resulta de uma interpretação nova de norma de conteúdo indeterminado e impõe um condicionamento antes inexistente. A autoridade pretende produzir efeitos imediatos e invoca, de forma genérica, a legalidade e a moralidade. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa CORRETA.

(A) A referência à legalidade e à moralidade basta para invalidar o contrato, porque a comprovação do defeito afasta a comparação com providências menos gravosas e permite examinar as consequências apenas durante a execução da decisão.

(B) As dificuldades administrativas impedem a invalidação quando o gestor atua de boa-fé, pois a ausência de dolo transforma os efeitos práticos em fundamento suficiente para conservar o contrato até o encerramento previsto.

(C) A decisão deve comparar alternativas, demonstrar a necessidade e a adequação da medida, indicar suas consequências jurídicas e administrativas e, diante de interpretação nova que imponha condicionamento inédito, prever transição quando ela for indispensável.

(D) A adoção de interpretação nova impede a invalidação imediata e preserva o contrato até seu encerramento, porque a segurança jurídica torna obrigatório um regime de transição, independentemente das alternativas existentes e dos interesses gerais.

22. No cumprimento de sentença contra o Município, a condenação contém capítulos autônomos. A Fazenda reconhece integralmente um deles e impugna outro por excesso decorrente da aplicação de índice diverso daquele previsto no título. Assinale a alternativa que apresenta, de forma conjunta, o tratamento processual CORRETO.

(A) A Fazenda dispõe de prazo próprio de trinta dias, sem contagem em dobro, a parcela incontroversa e autônoma pode ser requisitada de imediato e, alegado excesso quantitativo, deve declarar o valor correto.

(B) A Fazenda dispõe de prazo em dobro, a parcela reconhecida deve aguardar o julgamento definitivo da impugnação e a indicação do valor correto fica dispensada quando a divergência decorre exclusivamente do índice aplicado.

(C) A Fazenda dispõe do prazo próprio de trinta dias, mas a requisição da parcela autônoma configura fracionamento vedado, e a impugnação por excesso depende de garantia integral e prévia do valor controvertido.

(D) A Fazenda dispõe do prazo próprio de trinta dias e admite-se a requisição imediata, porém o excesso pode ser formulado genericamente quando envolve índice, ficando o valor correto para posterior perícia judicial.

23. Constituição estadual estabelece dois comandos: o primeiro impõe a todos os Municípios a criação obrigatória de Procuradorias estruturadas em carreira; o segundo autoriza, nos Municípios sem órgão próprio, contratação direta e genérica de advogados para representação judicial permanente. Segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal:

(A) Ambos os comandos são compatíveis com a simetria constitucional aplicável à advocacia pública.

(B) Apenas a criação obrigatória da carreira encontra fundamento no modelo estabelecido para estados e união.

(C) Apenas a contratação direta subsiste, por decorrer da autonomia administrativa conferida aos municípios.

(D) Ambos apresentam vícios, embora por fundamentos constitucionais distintos.

24. **Uma área pública municipal registrada em nome do Município integra um núcleo urbano informal classificado como Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E). Existe ação judicial sobre a titularidade da área, mas as partes admitem uma composição. Os ocupantes realizaram construções e benfeitorias que elevaram o valor das unidades. Assinale a alternativa CORRETA sobre o prosseguimento da regularização e a aquisição consensual de direitos reais.**

(A) A aquisição consensual depende do encerramento definitivo da ação de domínio e do pagamento do valor de mercado, incluídas as construções realizadas pelo ocupante, assegurada posterior indenização das benfeitorias necessárias.

(B) A matrícula municipal permite concluir a regularização durante a ação de domínio, mediante pagamento do valor cadastral do terreno e exclusão das benfeitorias necessárias comprovadas pelo ocupante interessado.

(C) A regularização exige acordo judicial ou extrajudicial homologado e a aquisição depende do justo valor apurado conforme ato do titular do domínio, excluídas as acessões, benfeitorias e valorização decorrente.

(D) A consolidação do núcleo converte a regularização em Reurb-S e autoriza a transferência gratuita, porque a função social da moradia prevalece sobre a controvérsia dominial e sobre a classificação inicialmente adotada.

25. **Sobre a concessão, a ampliação e a prorrogação de incentivos ou benefícios tributários que impliquem renúncia de receita, analise as afirmativas a seguir:**

I. A prorrogação de incentivo ou benefício tributário que implique renúncia de receita submete-se à estimativa do impacto orçamentário-financeiro, ao atendimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a uma das condições fiscais legalmente previstas.

II. Quando o beneficiário for pessoa jurídica, a proposição deve indicar o quantitativo estimado de beneficiários, o prazo, metas objetivas e quantificáveis, mecanismos de transparência, monitoramento e avaliação e, quando cabível, o impacto esperado na redução das desigualdades regionais.

III. O prazo pode superar cinco anos quando o benefício estiver associado a investimento de longo prazo, nos termos do regulamento, com estimativa dos investimentos e continuidade condicionada à avaliação periódica e ao atingimento das metas.

IV. Quando a concessão estiver amparada em medidas compensatórias de aumento de receita, o benefício pode produzir efeitos desde a publicação, desde que a compensação seja implementada até o encerramento do mesmo exercício financeiro.

V. É vedada a prorrogação do incentivo ou benefício quando as metas de resultados não forem atingidas ou quando a avaliação exigida não tiver sido realizada e documentada pela autoridade competente.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

(A) I, II e V.

(B) II, III e V.

(C) II, IV e V.

(D) I, II, III e IV.

EM BRANCO

26. Sobre a responsabilidade civil decorrente de dano ambiental em imóvel transmitido sucessivamente entre particulares, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores, é INCORRETO afirmar que:

(A) A obrigação reparatória pode ser exigida do proprietário ou possuidor atual, de qualquer proprietário anterior ou de ambos, ressalvado o alienante cujo direito cessou antes do dano e que não tenha contribuído para ele.

(B) O alienante cujo direito real cessou antes da causação do dano permanece responsável, ainda que não tenha contribuído direta ou indiretamente, porque a natureza propter rem alcança toda a cadeia dominial.

(C) O adquirente atual pode ser demandado mesmo que não tenha causado a degradação, pois a obrigação reparatória acompanha o bem e alcança o proprietário ou o possuidor atual do imóvel degradado.

(D) A pretensão de reparação civil é imprescritível, admite a cumulação entre recuperação e indenização pelo dano residual e não se submete à teoria do fato consumado pela consolidação da ocupação irregular.

27. Um empregado de empresa terceirizada apresenta prova de que o Município recebeu notificação formal e idônea sobre atrasos reiterados de salários e permaneceu inerte até a rescisão contratual. Na reclamação trabalhista, também se demonstram o inadimplemento da empregadora e a ausência de providências após a ciência municipal. Conforme a tese vinculante do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O inadimplemento não basta. Incumbe ao trabalhador demonstrar conduta negligente do ente público ou nexo causal, e a inércia após notificação formal e idônea pode caracterizar falha fiscalizatória.

(B) A ausência de relatórios transfere automaticamente ao Município o ônus de provar o acompanhamento integral, pois a aptidão documental da Administração prevalece sobre a regra geral definida para a terceirização.

(C) A prestação contínua em instalações municipais gera presunção de culpa fiscalizatória, afastável se o Município demonstrar que exigiu certidões trabalhistas e reteve pagamentos após o primeiro inadimplemento da contratada.

(D) O benefício obtido com a mão de obra terceirizada estabelece responsabilidade subsidiária objetiva, limitada às verbas surgidas durante o contrato e independente de omissão administrativa causalmente relacionada ao dano.

28. Um secretário municipal, valendo-se do cargo, patrocina diretamente o interesse de determinada sociedade empresária perante os setores técnicos. Sua atuação dá causa à instauração de uma licitação e à posterior celebração do contrato. Não há prova de contratação direta nem de fraude voltada à eliminação da concorrência. Mais tarde, o Poder Judiciário decreta a invalidação do ajuste por irregularidade relacionada àquela interferência. Assinale a alternativa que apresenta a capitulação penal CORRETA.

(A) A conduta configura advocacia administrativa, porque o patrocínio de interesse privado absorve o delito licitatório quando o agente atua perante setores técnicos e a contratação chega a ser formalmente celebrada.

(B) A conduta configura frustração do caráter competitivo, pois a influência favorável à empresa presume o propósito de obter vantagem e dispensa a demonstração de fraude dirigida à competição entre os licitantes.

(C) A conduta configura contratação direta ilegal, porque a posterior invalidação judicial retira a eficácia do procedimento licitatório e equivale, para fins penais, à contratação realizada fora das hipóteses legais.

(D) A conduta configura patrocínio de contratação indevida, pois o agente patrocinou interesse privado perante a Administração e deu causa à licitação e ao contrato cuja invalidação foi posteriormente decretada pelo Judiciário.

29. Uma lei municipal destina aos procuradores os honorários de sucumbência arrecadados em processos judiciais e prevê a administração dos valores por um fundo próprio. Posteriormente, uma resolução interna atribui natureza privada ao fundo, exclui a fiscalização do Tribunal de Contas e permite pagamentos além do teto remuneratório. À luz da jurisprudência vigente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Os honorários possuem natureza privada desde a condenação, podem ser distribuídos por ato interno da carreira, ficam fora do teto remuneratório e submetem o fundo apenas à fiscalização profissional dos beneficiários.

(B) A previsão legal autoriza o pagamento e a incidência do teto, mas o fundo permanece privado, podendo ser administrado por entidade dos procuradores sem sujeição aos controles financeiro e patrimonial do Município.

(C) O pagamento pode ser instituído por lei, a soma mensal com o subsídio deve respeitar o teto constitucional aplicável e o fundo possui natureza pública, sujeito aos controles internos e externos.

(D) O regime de subsídio impede o recebimento de honorários de sucumbência por procuradores municipais, ainda que exista lei local, porque qualquer verba vinculada ao êxito processual viola a parcela remuneratória única.

30. A legislação de determinado Município estabelece que, para fins de ITBI, será utilizado como piso tributável um "valor venal de referência" previamente fixado pela Administração, ainda que o contribuinte declare preço inferior no negócio jurídico. Nesse contexto, analise as assertivas:

I. A base do ITBI corresponde ao valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado.

II. O valor declarado pelo contribuinte presume-se compatível com o mercado, ressalvado arbitramento em procedimento próprio.

III. O valor adotado para IPTU pode funcionar como piso obrigatório para determinação da base do ITBI.

Está(ão) correta(s):

(A) Apenas I.

(B) Apenas II e III.

(C) Apenas I e II.

(D) I, II e III.

31. Um particular ajuíza ação indenizatória contra o Município e contra o servidor que praticou o ato lesivo no exercício da função pública. A petição atribui dolo ao agente, mas não descreve qualquer atuação desvinculada do cargo. Conforme a tese de repercussão geral aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A alegação de dolo autoriza litisconsórcio passivo facultativo, porque o lesado pode optar por demandar a pessoa jurídica, o agente público ou ambos, conforme a causa de pedir e a prova disponível.

(B) O agente é parte ilegítima na ação proposta pelo lesado, que deve demandar a pessoa jurídica, permanecendo assegurado o direito de regresso contra o servidor em caso de dolo ou culpa.

(C) A imputação de dolo torna necessário o litisconsórcio entre o Município e o agente, porque o elemento subjetivo integra a responsabilidade objetiva estatal e deve ser apurado na mesma relação processual.

(D) A pretensão deve ser dirigida inicialmente ao agente, cuja responsabilidade é subjetiva, respondendo o Município de forma subsidiária se a execução contra o causador direto se revelar insuficiente para reparar o dano.

32. **Um mandado de segurança é impetrado originariamente perante o Tribunal de Justiça contra um secretário municipal. O ato questionado, porém, foi ordenado por diretor de departamento subordinado ao secretário. Ao prestar informações, o secretário defende o mérito do ato. A Constituição estadual atribui ao Tribunal competência originária para julgar mandados de segurança contra secretários, enquanto os atos do diretor são submetidos ao primeiro grau. Assinale a alternativa CORRETA sobre a teoria da encampação.**

(A) A teoria não se aplica, apesar do vínculo hierárquico e da defesa de mérito, porque a correção da autoridade coatora deslocaria o processo para órgão definido por regra constitucional de competência.

(B) A teoria deve ser aplicada, pois o vínculo hierárquico e a manifestação sobre o mérito bastam para preservar o processo, ainda que a autoridade correta atraia competência constitucional originária de outro juízo.

(C) A teoria deve ser aplicada quando o secretário ratifica o ato nas informações, porque a ratificação substitui a autoridade originária e conserva a competência fixada pela condição funcional da autoridade indicada.

(D) A teoria não pode ser aplicada, porque a indicação equivocada da autoridade coatora conduz necessariamente à extinção, mesmo quando presentes vínculo hierárquico, defesa de mérito e preservação da competência constitucional originária.

33. **Lei municipal é objeto de representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça. O parâmetro invocado corresponde a dispositivo da Constituição Estadual que reproduz norma da Constituição Federal de observância obrigatória pelos Estados. À luz da jurisprudência do STF, o controle abstrato nessa hipótese:**

(A) Compete ao STF, porquanto a controvérsia material recai sobre parâmetro originariamente federal.

(B) Pode ser exercido pelo Tribunal de Justiça, inclusive quando o parâmetro reproduza norma federal obrigatória.

(C) Deve ocorrer pela via difusa, reservando-se o controle concentrado estadual às normas autônomas da Constituição local.

(D) Incumbe ao Tribunal de Justiça apenas se a norma federal reproduzida versar sobre autonomia política municipal.

34. **Em 2026, determinada unidade federativa pretende extinguir Tribunal de Contas do Município já existente e transferir suas atribuições ao respectivo Tribunal de Contas estadual. À luz da redação constitucional vigente, a providência:**

(A) Encontra óbice constitucional, pois o art. 31 passou a vedar também a extinção dos órgãos de contas municipais existentes.

(B) Integra a autonomia estadual, desde que a transferência preserve o controle externo exercido pela câmara de vereadores.

(C) Exige aprovação de dois terços da assembleia legislativa e anuência das câmaras municipais fiscalizadas pelo órgão.

(D) Pode ser implementada por emenda estadual, pois a constituição veda a criação de novos órgãos, mas preserva sua reorganização.

EM BRANCO

35. **Após procedimento licitatório, identifica-se vício insanável que contamina o contrato administrativo. Concluída a análise exigida pela Lei nº 14.133/2021, a autoridade entende que a declaração de nulidade é juridicamente necessária, mas sua eficácia imediata comprometeria a continuidade de serviço essencial. Nessa circunstância, a autoridade poderá:**

(A) Preservar definitivamente o ajuste, convertendo a invalidade em irregularidade indenizável.

(B) Suspender os efeitos da nulidade pelo prazo necessário, limitado a doze meses improrrogáveis.

(C) Diferir sua eficácia por até seis meses, admitida uma única prorrogação desse período.

(D) Convalidar o contrato mediante nova licitação destinada a ratificar retroativamente sua celebração.

36. **Após a apresentação das propostas em licitação para concessão de serviço municipal, sobrevém majoração de encargo tributário incidente diretamente sobre a atividade concedida. A concessionária comprova repercussão econômica relevante na estrutura de custos originalmente considerada. Pela Lei nº 8.987/1995, a repercussão jurídica do evento será:**

(A) Absorção do incremento pela concessionária, em razão da execução do serviço por sua conta e risco.

(B) Revisão tarifária, para mais ou para menos, desde que comprovado o impacto do encargo superveniente.

(C) Reajustamento automático pelo índice contratual, independentemente da natureza econômica da alteração normativa.

(D) Indenização ao final da concessão, preservando-se a tarifa durante todo o período contratualmente estabelecido.

37. **Tributo municipal sujeito a lançamento por homologação teve fato gerador em 10 de março de 2020. O contribuinte realizou pagamento antecipado, embora em montante inferior ao posteriormente entendido como devido. Inexistem dolo, fraude ou simulação, e a legislação não estabelece prazo específico de homologação. O lançamento suplementar ocorreu em 18 de março de 2025. Nessas circunstâncias:**

(A) o lançamento é tempestivo, pois o quinquênio inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao fato gerador.

(B) o prazo conta do pagamento antecipado, razão pela qual a Fazenda dispunha até a respectiva data em abril de 2025.

(C) a antecipação parcial desloca a decadência para cinco anos após a constituição administrativa da diferença apurada.

(D) consumou-se a decadência, pois o quinquênio aplicável iniciou-se na ocorrência do fato gerador.

38. **Sócio transfere imóvel avaliado em R$ 1.500.000,00 para sociedade empresária. Do montante, R$ 900.000,00 destinam-se efetivamente à integralização do capital social subscrito, enquanto a parcela restante recebe destinação patrimonial diversa. À luz do Tema 796 do STF, a imunidade constitucional do ITBI:**

(A) Alcança o valor destinado à integralização, mas não se estende ao excedente de R$ 600.000,00.

(B) Abrange integralmente o imóvel, pois a transmissão ingressou no patrimônio de pessoa jurídica.

(C) Recai sobre o excedente patrimonial, permanecendo tributável a parcela formalmente integralizada.

(D) Limita-se ao valor venal utilizado para IPTU, independentemente do capital efetivamente subscrito.

EM BRANCO

39. **Servidor interpõe recurso administrativo contra decisão sancionatória submetida à Lei nº 9.784/1999. Ao reexaminar a matéria, a autoridade recursal identifica fundamento jurídico capaz de produzir situação mais gravosa ao recorrente. O regime legal aplicável autoriza:**

(A) Manutenção obrigatória do resultado, porque recurso exclusivo do sancionado delimita o efeito devolutivo em seu benefício.

(B) Agravamento imediato, pois o recurso administrativo devolve integralmente matéria de legalidade e mérito à autoridade superior.

(C) Agravamento mediante decisão motivada, desde que o recurso tenha sido interposto perante três instâncias administrativas.

(D) Modificação gravosa, desde que o recorrente seja previamente cientificado para apresentar alegações.

40. **Em execução fiscal, o Município foi formalmente cientificado, em 10 de fevereiro de 2021, de que o devedor não havia sido localizado e de que inexistiam bens penhoráveis. O magistrado somente proferiu despacho expresso de suspensão em 20 de setembro de 2021. Segundo a sistemática firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 566:**

(A) O prazo de um ano inicia-se automaticamente com a ciência da Fazenda acerca da ausência de devedor ou bens.

(B) O prazo intercorrente permanece suspenso até manifestação expressa da Fazenda reconhecendo a inexistência de bens úteis.

(C) A contagem prescricional inicia-se com a distribuição da execução, interrompendo-se novamente quando decretado o arquivamento.

(D) O período de suspensão depende do despacho judicial, pois a inércia jurisdicional não pode produzir efeitos contra o exequente.

EM BRANCO